DIVISÃO DE AVALIAÇÃO DE PROJETOS ESPECIAIS E DESPESAS CONTINUADAS – DIPEC

Art. 381 da Resolução nº 06/2005:

- Avaliar a relação custo-benefício de atividades que proponham a criação de Projetos Especiais de apoio à prestação jurisdicional
- Interagir com a área responsável pelos Projetos Especiais e promover a integração e a concentração de projetos de natureza similar;
- Estimar, mediante cálculos específicos, o impacto orçamentário-financeiro de propostas de geração de despesas de pessoal em face do Relatório de Gestão Fiscal;
- Demonstrar as repercussões da despesa de caráter continuado em relação às atividades administrativas e jurisdicionais, indicando as fontes de recursos necessários à sua implementação;
- Oferecer os subsídios de natureza econômica, necessários às propostas de atos normativos e projetos de lei que envolvam despesas de caráter continuado, decorrentes de criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental;

SERVIÇO DE ANÁLISE DE PROJETOS -SERAP

Art. 382da Resolução nº 06/2005 :

- Avaliar os recursos necessários à implementação de projetos vinculados às finalidades próprias do Poder Judiciário;
- Acompanhar os desdobramentos da propositura de projetos especiais, e avaliar a sua continuidade;
- Propor ajustes que possibilitem a adequação de novos projetos aos limites orçamentários e financeiros;
- Proceder à adequação de projetos especiais em relação ao Plano de Ação Governamental e a sua respectiva geração de despesa em conformidade com o Relatório de Acompanhamento de Custos;
- Indicar a extinção dos projetos especiais que se desviaram de sua finalidade original ou demonstrar, ao longo de sua execução, relação custo benefício antieconômica.

SERVIÇO DE COORDENAÇÃO DAS DESPESAS CONTINUADAS – SEDEC

Art. 383da Resolução nº 06/2005:

- Elaborar demonstrativo de impacto orçamentário financeiro das despesas de pessoal e sua repercussão no Relatório de Gestão Fiscal;
- Adequar as propostas de geração de despesas de caráter continuado em relação ao Plano de Ação Governamental;
- Monitorar as atividades geradas pela implementação de projetos de despesas contínuas em face dos recursos disponíveis;
- Desenvolver pesquisa visando à elaboração de banco de dados dos indicadores de despesas e receitas que compõem o Relatório de Gestão Fiscal;

Acompanhar a evolução das despesas de caráter continuado relacionadas às atividades do Poder Judiciário, em especial às despesas de pessoal, instituindo mecanismos de alerta que impeçam a extrapolação dos limites legais impostos pela gestão fiscal responsável.